

Políticas Públicas na Educação Brasileira

Miriam Adalgisa Bedim Godoy
Sandra Aparecida Machado Polon
(Organizadoras)



Miriam Adalgisa Bedim Godoy
Sandra Aparecida Machado Polon
(Organizadoras)

POLÍTICAS PÚBLICAS NA EDUCAÇÃO BRASILEIRA

Atena Editora
2017

2017 by Miriam Adalgisa Bedim Godoy & Sandra Aparecida Machado Polon

Copyright © da Atena Editora

Editora Chefe: Prof^a Dr^a Antonella Carvalho de Oliveira

Edição de Arte e Capa: Geraldo Alves

Revisão: Os autores

Conselho Editorial

Prof^a Dr^a Adriana Regina Redivo – Universidade do Estado de Mato Grosso
Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Carlos Javier Mosquera Suárez – Universidad Distrital de Bogotá-Colombia
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof^a. Dr^a. Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Prof^a Dr^a. Deusilene Souza Vieira Dall’Acqua – Universidade Federal de Rondônia
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Prof^a Dr^a Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof^a Dr^a Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Prof^a. Dr^a. Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof^a Dr^a Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof^a Dr^a Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas
Prof^a Dr^a Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)

P769

Políticas públicas na educação brasileira / Organizadoras Miriam Adalgisa Bedim Godoy, Sandra Aparecida Machado Polon. – Ponta Grossa (PR): Atena Editora, 2017.

573 kbytes

Formato: PDF

ISBN 978-85-93243-49-3

DOI 10.22533/at.ed.493172311

Inclui bibliografia

1. Educação e estado - Brasil. 2. Escolas – Organização e administração. I. Godoy, Adalgisa Bedim. II. Polon, Sandra Aparecida Machado. III. Título.

CDD-379.81

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos seus respectivos autores.

2017

Proibida a reprodução parcial ou total desta obra sem autorização da Atena Editora

www.atenaeditora.com.br

E-mail: contato@atenaeditora.com.br

Sumário

CAPÍTULO I POLÍTICA, GESTÃO E DIVERSIDADE NO CONTEXTO DA EDUCAÇÃO BRASILEIRA <i>Miriam Adalgisa Bedim Godoy e Sandra Aparecida Machado Polon</i>	6
CAPÍTULO II A MISSÃO DA UNIVERSIDADE PÚBLICA NA SOCIEDADE EMPREENDEDORA: DESAFIOS PARA A GESTÃO <i>Raimunda Maria da Cunha Ribeiro</i>	19
CAPÍTULO III A DIMENSÃO DO TRABALHO DOCENTE SOB A ÉGIDE DA REESTRUTURAÇÃO DO CAPITAL NA GESTÃO DO ENSINO SUPERIOR <i>Noádia Munhoz Pereira</i>	35
CAPÍTULO IV AGENTES DE IMPLEMENTAÇÃO: UMA MANEIRA DE ANALISAR POLÍTICAS PÚBLICAS NA EDUCAÇÃO BRASILEIRA <i>Livia Cristina Ribeiro dos Reis</i>	49
CAPÍTULO V EAD E A FORMAÇÃO DE GESTORES ESCOLARES: IMPLICAÇÕES ENTRE A LEGISLAÇÃO E A POLÍTICA EDUCACIONAL <i>Alexsandra dos Santos Oliveira</i>	64
CAPÍTULO VI O TRABALHO DE DIRETOR DE ESCOLA NA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE RIO BRANCO-ACRE: ENTRE AS POLÍTICAS DE RESULTADOS E A GESTÃO DEMOCRÁTICA <i>Lúcia de Fátima Melo e Ednaceli Abreu Damasceno</i>	77
CAPÍTULO VII O FEDERALISMO EDUCACIONAL E O PLANO DE AÇÕES ARTICULADAS - PAR: A EXPERIÊNCIA DE GESTÃO NO MUNICÍPIO CANAVIEIRAS - BA <i>Darluce Andrade de Queiroz e Ana Paula Souza Báfica</i>	92
CAPÍTULO VIII O PROGRAMA MAIS EDUCAÇÃO: UMA ANÁLISE DO CICLO DA POLÍTICA <i>Sílvia Maria Oliveira de Souza e Luis Carlos Sales</i>	106
CAPÍTULO IX PLANO DE AÇÕES ARTICULADAS (PAR): CONFIGURAÇÕES DA GESTÃO EDUCACIONAL NA REDE DE ENSINO MUNICIPAL <i>Gildecio Santos Pereira e Odete da Cruz Mendes</i>	120

CAPÍTULO X	
GESTÃO DOS RECURSOS PÚBLICOS PARA A EDUCAÇÃO INFANTIL: CONCEPÇÕES DOS SECRETÁRIOS MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO E CONSELHEIROS DO FUNDEB EM MUNICÍPIOS DO NORDESTE BRASILEIRO	
<i>Patrícia Maria Uchôa Simões, Juceli Bengert Lima e Manoel Zózimo Neto</i>	133
CAPÍTULO XI	
PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO: AVALIAÇÃO E FINANCIAMENTO	
<i>Bartolomeu José Ribeiro de Sousa e Rose Cleia Ramos da Silva</i>	147
CAPÍTULO XII	
O REGIME DE COLABORAÇÃO NO CONTEXTO DOS PLANOS DECENAIS DE EDUCAÇÃO: CENÁRIO DOS MUNICÍPIOS BAIANOS QUANTO À ELABORAÇÃO E ADEQUAÇÃO DOS PLANOS MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO	
<i>Luzinete Barbosa Lyrio e Jean Mário Araújo Costa</i>	165
CAPÍTULO XIII	
PROFISSÃO PROFESSOR: UMA ESCOLHA FEITA A PARTIR DA VIVÊNCIA NO PIBID	
<i>Cláudia Alves da Silva e Antônia Sueli da Silva Gomes Temóteo</i>	178
CAPÍTULO XIV	
AS POLÍTICAS PÚBLICAS E O NOVO CENÁRIO DA FORMAÇÃO DE PROFESSORES PARA A EDUCAÇÃO PROFISSIONAL NO BRASIL: DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS NO CAMPO DA FORMAÇÃO E DO TRABALHO	
<i>Sara Rozinda Martins Moura Sá dos Passos e Jane Rangel Alves Barbosa</i>	190
CAPÍTULO XV	
O ENSINO DE SURDOS: UM OLHAR SOBRE A FORMAÇÃO DOS PROFESSORES E A ESTRUTURA E RECURSOS DE MUNICÍPIOS CEARENSES	
<i>Germana Costa Paixão e José Nelson Arruda Filho</i>	203
CAPÍTULO XVI	
SISTEMA DE ORGANIZAÇÃO MODULAR DE ENSINO (SOME): A REALIDADE DA OFERTA DO ENSINO MÉDIO NO CAMPO NA MESORREGIÃO DE CAMETÁ/PA	
<i>Maria Sueli Correa dos Prazeres e Odete da Cruz Mendes</i>	218
CAPÍTULO XVII	
ADOLESCENTE EM CUMPRIMENTO DE MEDIDA SOCIOEDUCATIVA E O DIREITO À CAPACITAÇÃO PARA O TRABALHO: DESAFIOS PARA A INCLUSÃO SOCIAL	
<i>Amanda Maximo Silva e Rosa Elisa Mirra Barone</i>	231
CAPÍTULO XVIII	
CARNAVAL E SAMBA NA EDUCAÇÃO ESCOLAR	
<i>Claudio Oliveira Fernandes e Irandi Pereira</i>	245

CAPÍTULO XIX	
EDUCAÇÃO E IDENTIDADE ÉTNICO-RACIAL	
<i>Jorge Fernandes</i>	257
CAPÍTULO XX	
PROJETO PORONGA: UMA POLÍTICA PÚBLICA DE ACELERAÇÃO DA APRENDIZAGEM	
<i>Emilly Ganum Areal e Lúcia de Fátima Melo</i>	270
CAPÍTULO XXI	
AS DEMANDAS PEDAGÓGICAS DA EDUCAÇÃO BÁSICA NAS REDES PÚBLICAS DE ENSINO: UM ESTUDO À LUZ DAS PAUTAS SINDICAIS	
<i>Aline Chalus Vernick Carissimi e Ana Denise Ribas de Oliveira</i>	284
CAPÍTULO XII	
O PROJETO DE INTRODUÇÃO DA DISCIPLINA DE METODOLOGIA DA PESQUISA NA ESCOLA NAVAL	
<i>Hercules Guimarães Honorato</i>	295
Sobre as organizadoras.....	309
Sobre os autores.....	310

CAPÍTULO XI

PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO: AVALIAÇÃO E FINANCIAMENTO

**Bartolomeu José Ribeiro de Sousa
Rose Cleia Ramos da Silva**

PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO: AVALIAÇÃO E FINANCIAMENTO

Bartolomeu José Ribeiro de Sousa

Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT)

Cuiabá – Mato Grosso

Rose Cleia Ramos da Silva

Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT)

Cuiabá – Mato Grosso

RESUMO: O presente trabalho é resultado de uma pesquisa que teve como objetivo principal a avaliação do Plano Municipal de Educação de um município de grande porte do Estado de Mato Grosso. Para a avaliação do PME foi adotada a metodologia de avaliação em profundidade de políticas públicas sociais, proposta por Rodrigues (2008). Foi possível constatar, entre os principais resultados da avaliação, uma desarticulação entre o planejamento traçado pelo PME/VG e a gestão da educação ao longo da vigência do plano. Os recursos financeiros destinados a educação, tanto os recursos subvinculados constitucionalmente como os recursos de transferências automáticas, cresceram em termos absolutos, no entanto, a vinculação constitucional de recursos nos percentuais mínimos definidos na Constituição de 1988 e na Lei Orgânica do Município não foi cumprida no ano de 2012.

PALAVRAS-CHAVE: Plano Municipal de Educação. Avaliação. Financiamento.

1. INTRODUÇÃO

Com a aprovação do primeiro Plano Nacional de Educação (PNE I) com força de lei, do período pós Constituição de 1988, todos os entes da federação passaram a ter a responsabilidade de elaborar e aprovar, na respectiva casa do Poder Legislativo o seu Plano Municipal de Educação (PME).

O PNE I preconizou uma metodologia democrática de construção de planos de educação para os entes subnacionais e em regime de colaboração. Ficou definido que seria preciso, de imediato, iniciar a elaboração dos planos estaduais em consonância com o Plano Nacional e, em seguida, dos planos municipais, também coerentes com o plano do respectivo estado. Nessa perspectiva os três planos comporiam um conjunto integrado e articulado. Integrado quanto aos objetivos, prioridades e metas e articulado nas ações, de sorte que, na soma dos esforços das três esferas chegar-se-ia as metas do PNE I (BRASIL, 2001).

Dessa forma, em cumprimento a Lei 10.172/2001 que aprovou o PNE I (2001-2010) o município pesquisado aprovou ainda em 2003, por meio da Lei nº 2.635/2003 o seu primeiro PME com força de lei, para ter vigência no decênio 2004-2013. O PME traçou objetivos, metas e estratégias para toda a educação no município, compreendendo a educação básica e superior.

Em 2013, com a proximidade do final da vigência do PME a SME do município

convidou oficialmente pesquisadores vinculados a área de gestão e financiamento da educação, da Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT) para desenvolverem o trabalho de avaliação dos objetivos e metas do PME, com vistas à elaboração democrática de um novo plano para os próximos dez anos.

Assim, o presente trabalho faz parte de uma pesquisa mais ampla de avaliação do Plano Municipal de Educação.

2. A CONSTRUÇÃO DA METODOLOGIA DE AVALIAÇÃO DO PME

A proposta de avaliação do PME (2004-2013) se constituiu em uma ação de grande dimensão técnica e política, por ter como objeto um plano para toda a educação no município. Os planos municipais de educação têm como abrangência toda a educação escolar em um determinado território, ou seja, devem definir objetivos, metas e estratégias para todos os níveis, etapas e modalidades de ensino, da educação básica a educação superior. Trata-se de uma política de Estado, portanto, que não se circunscreve somente a esfera governamental. O escopo do Plano incluiu os níveis, etapas e modalidades de educação sob responsabilidade do município, do Estado de Mato Grosso e da União. A avaliação do plano implica, dessa forma, avaliar o regime de colaboração, a gestão democrática, tanto no âmbito do sistema de ensino como da escola, a formação e a valorização dos profissionais da educação, o financiamento e o controle social, bem como a educação sob a responsabilidade da iniciativa privada. O trabalho requereu ainda analisar se havia articulação do PME com o Plano Nacional de Educação (Lei nº 10.172/2001) e com o Plano Estadual de Educação (PEE).

O trabalho revelou-se ainda particularmente mais complexo pelo contexto sociopolítico do município pesquisado onde se sobressai uma Administração Pública marcada fortemente por uma concepção patrimonialista e por práticas decorrentes dessa concepção como o clientelismo, nepotismo. No município o contexto político dos últimos anos no Poder Executivo foi marcado por sucessivas mudanças de prefeito por força de decisões judiciais, com graves consequências para o planejamento e a gestão, sobretudo no tocante a descontinuidade das ações. Durante a vigência do PME (2004-2013) a SME teve oito secretários.

Entre as principais dificuldades encontradas ao longo do trabalho destaca-se o fato de que na Administração Pública do município pesquisado não existe uma cultura institucional de avaliação, entendida aqui como um conjunto sistematizado de ações voltadas para a mensuração e análise dos resultados das políticas públicas. A própria lei que aprovou o plano determinou que o mesmo deveria ser avaliado já no segundo ano de vigência com a participação da Câmara Municipal, o que não aconteceu.

Com efeito, cumpre ressaltar que a ausência de práticas sistemáticas de avaliação integrada ao planejamento, envolvendo uma concepção de administração transparente e voltada para resultados ao cidadão ainda não se institucionalizou como prática normal das políticas, programas e ações desenvolvidas pela

Administração Pública, em grande parte dos municípios brasileiros.

Assim, considerando a natureza da política pública a ser avaliada a metodologia adotada foi a da avaliação em profundidade de políticas públicas sociais proposta por Rodrigues (2008). O sentido dessa metodologia é o de “abarcando em um só tempo as dimensões dadas tanto no sentido longitudinal – extensão no comprimento – como latitudinal – extensão na largura, amplitude. Assim, nesta perspectiva metodológica, quanto mais mergulhamos na situação estudada, mais ampliamos o campo de investigação”.

Essa metodologia incluiu como eixos de análise:

1. Análise de conteúdo do PME/VG (2004-2013): Formulação; bases conceituais; coerência interna.
2. Análise do contexto da formulação do Plano
3. Trajetória institucional do Plano
4. Espectro temporal e territorial

Os trabalhos tiveram início com uma reunião com o Secretário Municipal de Educação em agosto de 2013 onde foi realizada uma apresentação geral da proposta de trabalho. No mês seguinte foi realizada uma reunião com o Prefeito Municipal, no dia 25 de setembro, que deu o seu aval e autorização para o trabalho, configurando o apoio político fundamental para um trabalho com essa dimensão.

A partir desse momento seguiu-se uma jornada intensa de reuniões onde foi definida uma proposta de ação. Ainda em setembro de 2013 foi criado o Comitê Gestor de Avaliação do PME (2004-2013), instituído por meio da Portaria nº 40/2013. O Comitê contou com a participação de técnicos de todos os setores da SME e realizou seis reuniões de trabalho. Nas reuniões foi apresentada a metodologia de avaliação, elaboração e discussão coletiva de instrumentos de coleta de dados.

O trabalho contou ainda com a realização de:

- Visita a escolas da zona urbana e do campo, incluindo instituições de educação infantil e ensino fundamental;
- Realização de grupos focais com a comunidade escolar em escolas urbanas e do campo;
- Mobilização com o Conselho Municipal de Educação;
- Reunião de trabalho com a SEDUC/MT para o levantamento dos dados sobre o ensino médio e a educação profissional no município pesquisado;
- Reunião de trabalho com o SESI/SENAI para levantamento dos dados sobre a oferta de matrículas de educação profissional e tecnológica nessas instituições.

É oportuno lembrar que, no que pese não terem sido realizadas as avaliações da execução do PME ao longo da sua vigência a existência do Plano já foi um grande caminho para uma avaliação da educação no município. O processo de avaliação não começou mais do “zero”, mas dos objetivos e metas que foram traçados para a educação no município há dez anos atrás.

3. O PME (2004-2013): ELABORAÇÃO E ESTRUTURA

Optamos nesta comunicação oral por não apresentar a base legal do PME, pois se trata de um assunto já bastante discutido em trabalhos como os de Bordignon (2009) Monlevade (2013), Gracindo e Bordignon (2006) e também o novo PNE (Lei nº 13.005/2014), que fixa o prazo de um ano para os municípios elaborarem ou revisarem os seus planos municipais de educação.

Para orientar os trabalhos e dar apoio técnico ao município na época da elaboração do plano, a Secretaria Municipal de Educação (SME) contratou a assessoria do Instituto Paulo Freire (IPF). O IPF promoveu um trabalho de mobilização da comunidade escolar local, incluindo estudantes, pais, professores, funcionários e técnicos da SME, sobre a importância e a definição de uma metodologia própria do IPF para elaboração do PME.

O IPF também mobilizou e capacitou os membros do Fórum Municipal de Educação (FME), que por sua vez realizou discussões, estudos, o diagnóstico da situação educacional do município a época e promoveu a Conferência Municipal de Educação, onde foi aprovado um documento base, referencia para a elaboração do projeto de lei a ser encaminhado a Câmara Municipal de Vereadores.

Quanto à estrutura o PME 2004 – 2013 foi estruturado seguindo o mesmo formato do Plano Nacional de Educação (PNE), em vigência na época. O plano apresenta sete capítulos, além de referências e de um capítulo que apresenta a composição do Fórum Municipal de Educação. A introdução apresenta um histórico da educação no Brasil até a aprovação da Lei nº 10.172/2001 que aprovou o PNE 2001-2010. O capítulo também faz uma análise da educação no Estado de Mato Grosso com destaque para as lutas do movimento dos educadores que resultou em importantes conquistas como a Lei Complementar nº 49/98 (Lei do Sistema Estadual de Ensino), a Lei Complementar nº 50/1998 (Lei Orgânica dos Profissionais da Educação Básica) e a Lei que regulamentou a gestão democrática, na rede estadual de educação de Mato Grosso, Lei nº 7.040/1998. São apresentadas as prioridades do Plano Estadual de Educação³ e, por último, a realidade da educação no município.

O segundo capítulo apresenta os pressupostos do PME que se dividem em pressupostos conceituais e metodológicos e a descrição do trabalho de elaboração do Plano e formação continuada dos profissionais da educação, na proposta da Escola Cidadã, realizada pelo Instituto Paulo Freire.

O terceiro capítulo faz uma caracterização do município compreendendo a situação geográfica, econômica, demográfica e sua história. Neste capítulo também é apresentado um diagnóstico da educação no município com as demandas de escolarização. O quarto capítulo apresenta uma projeção com as demandas de escolarização e o quinto capítulo o levantamento dos recursos financeiros.

O sexto capítulo apresenta o desenvolvimento do PME de acordo com a estrutura do PNE (2001-2010), com um diagnóstico, seguido de diretrizes, objetivos

³ Durante as discussões do PME/VG estava em discussão o Plano Estadual de Educação que foi aprovado somente em 2006.

e metas para cada um dos níveis, etapas e modalidades de ensino, além da educação a distância e tecnologias educacionais, formação e valorização do magistério, gestão e financiamento.

O capítulo sobre os mecanismos de acompanhamento e avaliação do PME faz uma descrição genérica sobre a avaliação do plano, mas não apresenta indicadores e instrumentos efetivos de verificação do alcance dos objetivos e metas traçados no plano.

O quadro abaixo sintetiza a estrutura do PME (2004-2013) com o quantitativo total de metas.

Quadro 1. Estrutura do PME

ESTRUTURA	Nº DE METAS
Educação Infantil	23
Ensino Fundamental	34
Ensino Médio	11
Educação Superior	6
Educação Especial	17
Educação de Jovens e Adultos	15
Educação Tecnológica e Formação Profissional	5
Educação a Distância e Tecnologias Educacionais	5
Formação dos Profissionais e Valorização do Magistério	12
Gestão e Financiamento	17
Total	145

Fonte: Lei nº 2.635/2003

Como pode ser visto o plano traçou um número expressivo de metas, ao todo 145 metas. Essa estrutura trouxe problemas na medida em que muitas metas, a rigor, não são metas, ou seja, não possuem um alvo definido, não havendo como definir parâmetros para uma avaliação precisa. Muitas metas expressam diretrizes gerais de políticas públicas, outras se repetem ao longo do plano e outras são superpostas, não apresentam a devida articulação interna.

Por ser um plano com vigência de dez anos, período que ultrapassa mais de duas gestões tanto no Poder Executivo como no Poder Legislativo e o seu caráter de lei, o PME se constitui em uma Política Pública de Estado para a educação no município. Assim, pelo seu espírito de política pública de Estado, o PME deveria ter se constituído na principal referência para as políticas públicas educacionais, o planejamento governamental e a gestão da educação no município ao longo dos últimos dez anos. No entanto, a avaliação realizada evidenciou por meio dos principais indicadores da educação no município, como matrículas, dados de financiamento e rendimento escolar o não cumprimento de um número expressivo de metas do PME (2004-2013).

O regime de colaboração, estratégia prevista tanto na Constituição de 1988,

como na LBD/96 (Lei nº 9.394/1996), necessária para garantir a articulação entre as políticas públicas educacionais, nas três esferas governamentais, evitando a fragmentação e a sobreposição de ações, não se efetivou de acordo com os dados levantados. Nas entrevistas com os ex-gestores do período de vigência do PME (2004-2013) os mesmos relataram que, no que tange ao regime de colaboração com o estado, o mesmo se deu apenas por meio de ações pontuais e esporádicas em áreas como o transporte escolar e cooperação técnica de professores com vínculo de trabalho nas duas redes. A própria construção do PME ocorreu em um período em que o Estado de Mato Grosso ainda não tinha o seu Plano Estadual de Educação, quando o processo de planejamento deveria ser conjunto.

4. O FINANCIAMENTO NO PME (2004-2013)

Nesta seção serão apresentados os dados gerais sobre o financiamento da rede pública do município pesquisado, no período 2008-2012.

O financiamento juntamente com a gestão foi um dos capítulos do PME e foi aqui considerado por ser um elemento fundamental para a implementação das políticas públicas educacionais e para a plena execução dos planos de educação. Embora não seja fator suficiente, é condição necessária para a universalização do direito à educação pública de qualidade (BRASIL, 2014).

Considerando a dificuldade de acesso aos dados, como já destacado e o curto tempo para a realização da avaliação o Comitê Gestor de Avaliação deliberou sobre a utilização dos dados dos últimos cinco anos.

Antes é importante situar as fontes de receita para a educação pública municipal e em seguida a evolução de cada uma delas.

As fontes de receita para a educação pública são reguladas pela Carta Magna de 1988 no seu artigo 212 e pela LDB nos seus artigos 68 a 77. A Lei Orgânica do município trata do financiamento da educação nos seus artigos 180 e 181 e 190 e 192. Dessa forma, constituem receitas para a educação no município pesquisado:

- 1) Aplicação de no mínimo 25% da receita de impostos próprios do município e transferências constitucionais na manutenção e desenvolvimento do ensino. A Lei Orgânica do Município de Várzea Grande estabelece o percentual de 30% na manutenção e desenvolvimento do ensino.
- 2) Subvinculação de 20% de uma cesta de impostos que a partir de 2007 passou a constituir no âmbito de cada estado o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB)⁴;
- 3) Receita do Salário Educação;
- 4) Receita de Incentivos Fiscais;

⁴ O FUNDEB foi implantado progressivamente a partir de 2007 em substituição ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (FUNDEF) regulamentado pela Lei nº 9.424/96. O FUNDEF teve a sua vigência compreendendo o decênio 1997 a 2006.

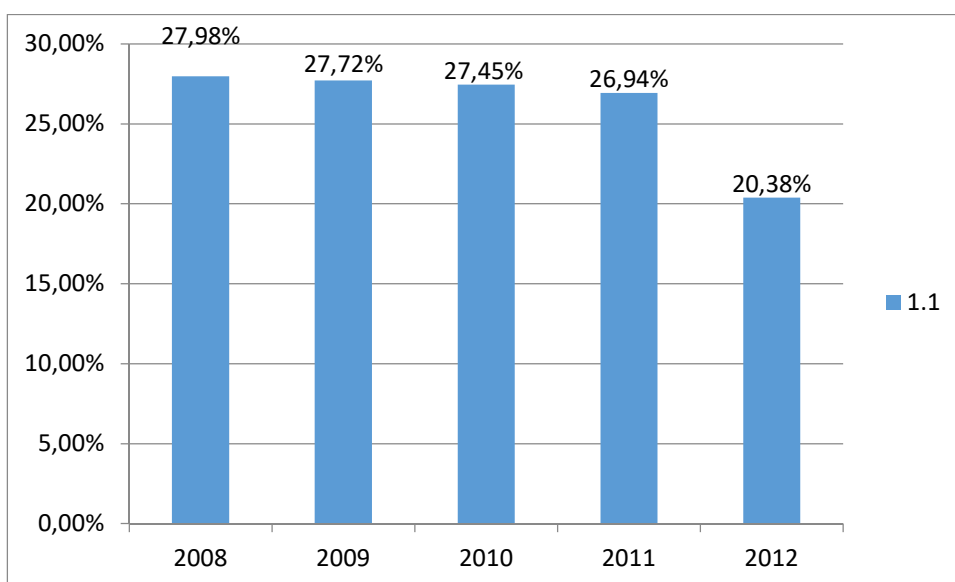
5) Outros recursos previstos em lei.

O percentual de 25% apresentado no item 1 incide sobre o Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU), Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN), Imposto sobre a Transmissão de Bens Imóveis (ITBI) e Imposto de Renda Retido na Fonte dos Servidores Públicos Municipais (IRRF-SPM). Esse percentual da receita de impostos a ser aplicado em educação é também chamado de **vinculação constitucional** de recursos e as despesas com manutenção e desenvolvimento do ensino pela sigla de **MDE**. Lembrando ainda que no cálculo da vinculação constitucional de recursos entram o percentual das transferências constitucionais.

As transferências constitucionais no caso dos municípios compreendem o Fundo de Participação dos Municípios (FPM) formado pela partilha de 23,5% do Imposto sobre a Renda (IR) e do imposto sobre produtos Industrializados (IPI). Os municípios recebem ainda 50% da arrecadação do Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores (IPVA), licenciados em seus territórios e 25% do produto da arrecadação do Imposto sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestação de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação.

O gráfico abaixo apresenta os percentuais de aplicação das receitas de impostos e transferências constitucionais em MDE no município pesquisado nos últimos cinco anos, sendo dados do Sistema de Informações sobre Orçamentos Públicos em Educação (SIOPE).

Gráfico 1: Percentual de aplicação das receitas de impostos e transferências vinculadas à educação em MDE



Fonte: SIOPE/FNDE, 2013.

Vergonhosamente os gestores municipais foram reduzindo o percentual da vinculação constitucional de impostos e transferências em MDE chegando ao absurdo do descumprimento desse preceito constitucional com a aplicação de apenas 20,38%, segundo dados do SIOPE. O dado do TCE/MT apresentado no

relatório das Contas de Governo do Município, no ano de 2012, informa que o município aplicou o equivalente apenas a **19,48%**.

É oportuno ressaltar que o não cumprimento do preceito constitucional referente à aplicação do percentual mínimo da receita de impostos em MDE é um dos poucos casos que implica em intervenção no município conforme o artigo 35 da Constituição da República de 1988.

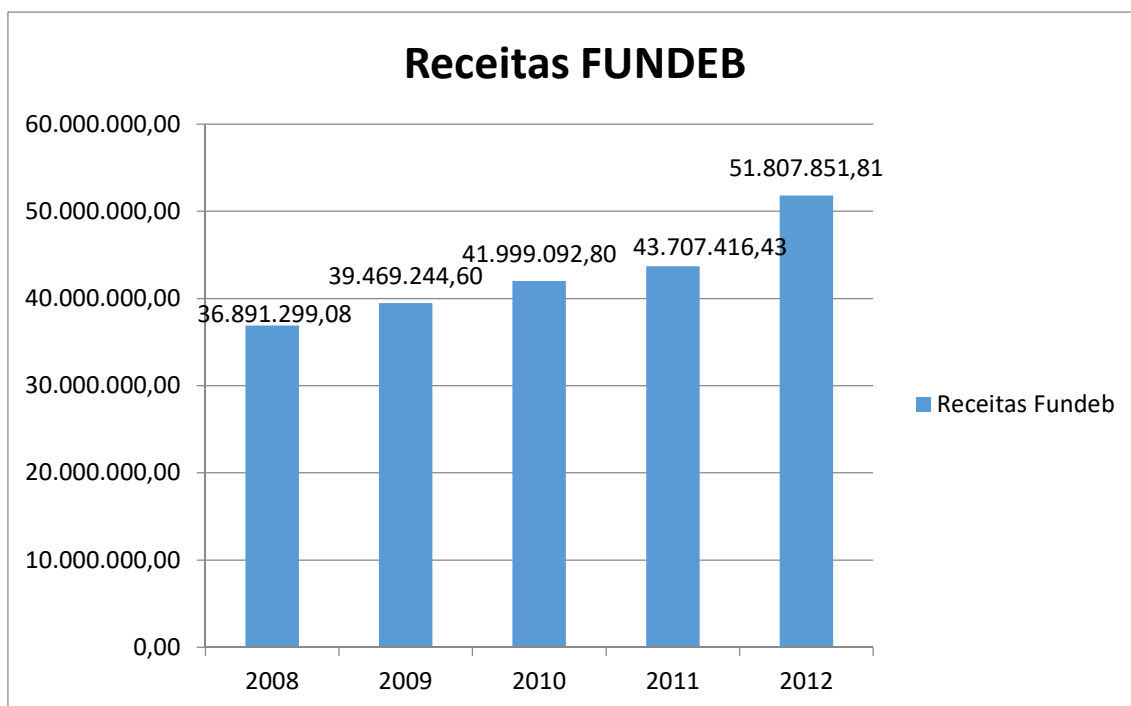
O FUNDEB foi criado em 2006 pela EC nº 53 e regulamentado pela Lei nº 11.494/2007 e pelo Decreto nº 6.253/2007. Trata-se de um fundo especial de natureza contábil, formado no âmbito de cada estado pela subvinculação de um conjunto de impostos já vinculados a educação. Cabe lembrar que o FUNDEB não é um fundo da União ou do Governo Federal como muitos pensam e, Estado a Estado, também não é um fundo estadual.

Como assevera Callegari (2013) o FUNDEB se constitui no âmbito de cada estado como um fundo em comum do Governo do Estado e dos seus municípios, como expressão de comprometimentos, interesses e reciprocidades que pressupõem ação conjunta para consecução de objetivos comuns.

Quanto à operacionalização e distribuição dos recursos cabe ressaltar que estes são distribuídos, no âmbito de cada estado entre as redes públicas estadual e municipais conforme o número de alunos matriculados nas respectivas redes, de acordo com os dados do último censo escolar. Dessa forma, os municípios recebem os recursos do FUNDEB conforme o número de alunos matriculados na educação infantil e no ensino fundamental incluindo as modalidades e os estados com base no número de alunos matriculados no ensino fundamental e no ensino médio.

O gráfico seguinte apresenta a evolução das receitas do FUNDEB nos últimos cinco anos. Nesse quesito é positivo destacar o crescimento de mais de 35% nas receitas do FUNDEB durante o quinquênio analisado.

Gráfico 2: Evolução das Receitas do FUNDEB



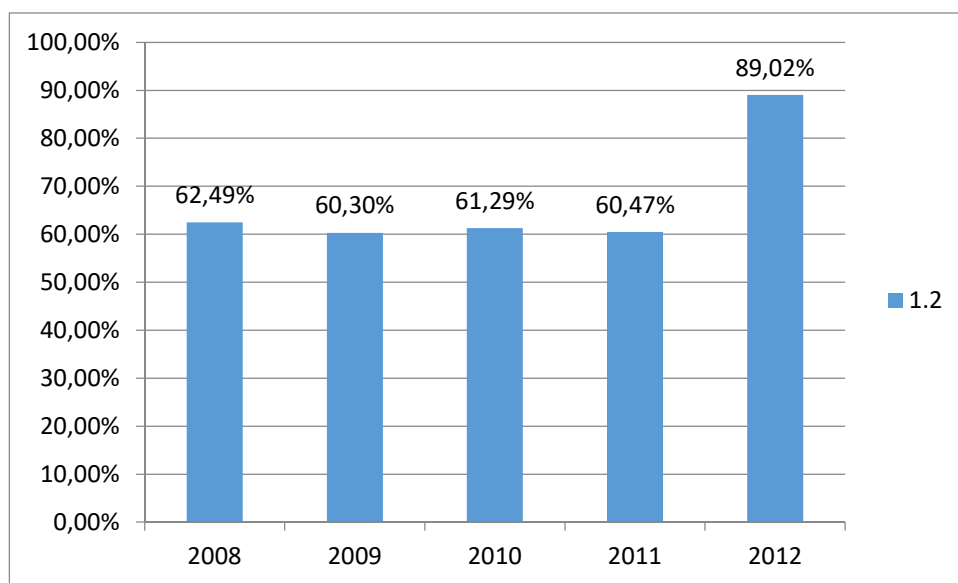
Fonte: SIOPE/FNDE, 2013.

Aqui cabe reiterar que o FUNDEB se constitui em uma subvinculação, ou seja, uma vinculação de receitas que já estão vinculadas a MDE. Dessa forma, ao analisar os recursos públicos para a educação no âmbito do município é pertinente lembrar que o FUNDEB é apenas parte e não o todo. Ao tratarmos dos recursos para a educação, além do percentual constitucionalmente vinculado, temos o FUNDEB e 5% dos mesmos impostos que compuseram o fundo e os 25% dos impostos próprios do município que não entram no cômputo do cálculo do FUNDEB.

A lei que regulamentou o FUNDEB determina que pelo menos 60% dos recursos anuais totais do fundo serão destinados ao pagamento da remuneração dos profissionais do magistério da educação básica em efetivo exercício.

O gráfico seguinte apresenta com base nos dados do SIOPE o percentual da aplicação dos recursos do FUNDEB, na remuneração dos profissionais do magistério de Várzea Grande.

Gráfico 3: Percentual de aplicação das receitas do FUNDEB na remuneração dos profissionais do magistério.

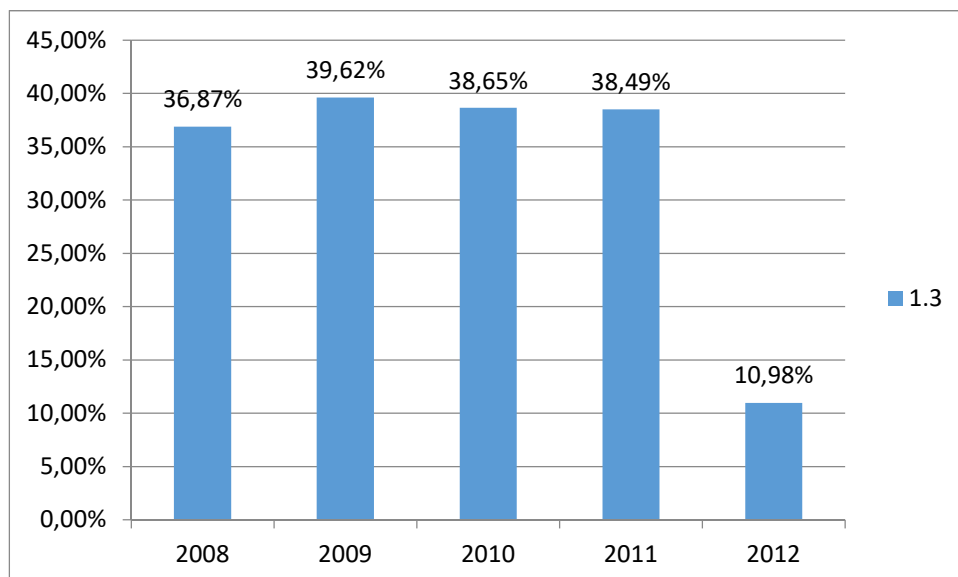


Fonte: SIOPE/INEP, 2013.

Observa-se que o Município de Várzea Grande passa de um percentual de 62,49%, em 2008 para 89,02% em 2012, o que indica um crescimento das despesas com remuneração do magistério entre 2011 e 2012.

O gráfico seguinte apresenta o percentual da receita do FUNDEF em despesas de MDE que não as de remuneração do magistério.

Gráfico 4. Percentual de aplicação do FUNDEF ou FUNDEB em despesas com MDE, que não remuneração do magistério (máximo de 40%)



Fonte: SIOPE/FNDE, 2013.

Outra fonte de receitas fundamental para a educação nos municípios é o **Salário Educação**. O salário educação é uma contribuição social destinada ao

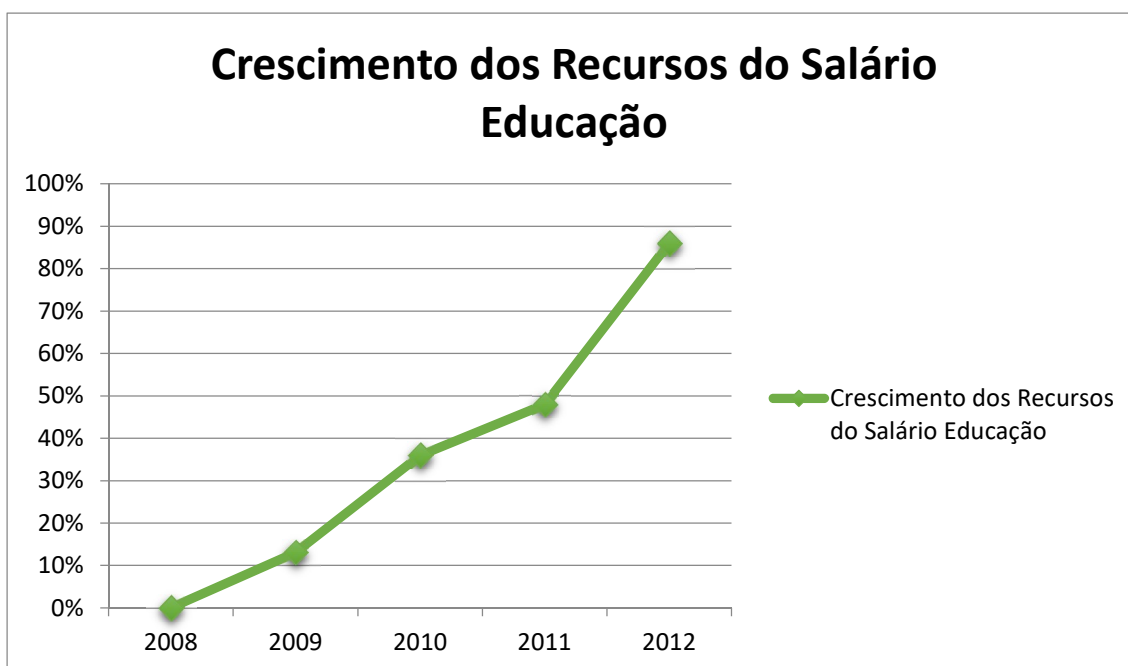
financiamento de programas, projetos e ações voltadas para o financiamento da educação básica pública. Essa contribuição também pode ser aplicada na educação especial, desde que vinculada à educação básica.

A contribuição social do salário-educação é calculada com base na alíquota de 2,5% sobre o valor total das remunerações pagas ou creditadas pelas empresas, a qualquer título, aos segurados empregados, ressalvadas as exceções legais. A arrecadação, fiscalização e cobrança é feita pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB), órgão do Ministério da Fazenda (MF).

A função redistributiva da contribuição social do salário-educação é realizada pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), autarquia federal vinculada ao MEC. Do total arrecadado é deduzida a remuneração da RFB, correspondente a 1% (um por cento), a título de taxa de administração. O restante é distribuído em cotas pelo FNDE, observada em 90% (noventa por cento) de seu valor a arrecadação realizada em cada estado e no Distrito Federal. A cota federal que fica com o FNDE corresponde a 1/3 do total dos recursos e a cota estadual e municipal corresponde a 2/3 do montante dos recursos, sendo creditada mensalmente em favor das secretarias de educação.

A cota estadual e municipal da contribuição social do salário-educação é integralmente redistribuída entre os estados e seus municípios, de forma proporcional ao número de alunos matriculados na educação básica das respectivas redes de ensino, apurado no censo escolar do exercício anterior ao da distribuição (BRASIL, 2012).

Gráfico5. Evolução do crescimento das receitas da Contribuição Social do Salário-educação nos últimos cinco anos.



FONTE: Siope

Além das fontes de recursos destacadas acima o município pesquisado recebe recursos financeiros do Governo Federal em caráter suplementar para a alimentação escolar, o transporte escolar e as escolas que são beneficiadas diretamente com recursos do Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE) desenvolvido pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE).

A tabela abaixo apresenta o quadro demonstrativo das principais receitas para manutenção e desenvolvimento do ensino no município pesquisado, incluindo recursos de transferências automáticas do Governo Federal, como os recursos do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE).

Quadro 2. Quadro Demonstrativo da Origem das Receitas do município nos Últimos Cinco Anos.

ANO	FONTE	VALOR (R\$)
2008	Orçamento total do município (realizado)	226.144.124,20
	Recursos mínimos para a educação (25%)	31.291.178,62
	Recursos do FUNDEB	11.835.572,39
	Recursos do Programa Dinheiro Direto na Escola (FNDE/PDDE)	1.101.981,71
	Recursos do Programa Nacional de Alimentação Escolar	1.040.732,00
	Recursos do Salário Educação	1.675.016,84
	Total	273.088.605,60
2009	Orçamento total do município (realizado)	222.113.611,35
	Recursos mínimos para a educação (25%)	26.808.636,12
	Recursos do FUNDEB	11.985.225,39
	Recursos do Programa Dinheiro Direto na Escola (FNDE/PDDE)	2.882.985,37
	Recursos do Programa Nacional de Alimentação Escolar	1.117.491,00
	Recursos do Salário Educação	1.899.072,62
Total	266.807.021,60	
2010	Orçamento total do município (realizado)	210.593.023,47
	Recursos mínimos para a educação (25%)	34.963.817,49
	Recursos do FUNDEB	12.919.195,11
	Recursos do Programa Dinheiro Direto na Escola (FNDE/PDDE)	3.630.550,20
	Recursos do Programa Nacional de Alimentação Escolar	2.217.802,40
	Recursos do Salário Educação	2.276.778,70
Total	266.601.167,20	
2011	Orçamento total do município (realizado)	230.265.357,34
	Recursos mínimos para a educação (25%)	40.409.817,15
	Recursos do FUNDEB	14.659.571,33
	Recursos do Programa Dinheiro Direto na Escola	3.109.096,94

	(FNDE/PDDE)	
	Recursos do Programa Nacional de Alimentação Escolar	2.128.020,00
	Recursos do Salário Educação	2.479.836,68
	Total	293.051.699,20
2012	Orçamento total do município (realizado)	296.595.592,87
	Recursos mínimos para a educação (25%)	41.092.549,84
	Recursos do FUNDEB	16.325.829,21
	Recursos do Programa Dinheiro Direto na Escola (FNDE/PDDE)	3.810.637,26
	Recursos do Programa Nacional de Alimentação Escolar	2.697.288,00
	Recursos do Salário Educação	3.122.029,97
	Total	363.643.926,90

Fonte: Secretaria de Finanças/2013

A tabela abaixo apresenta o total da receita do município de impostos e transferências e a aplicação na educação no período de 2008 a 2012.

Quadro 3. Total da Receita Municipal de Impostos e Transferências e Aplicação na Educação no Período de 2008 a 2012.

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS MUNICIPAIS E DA EDUCAÇÃO			
ANO	RECEITA LIQUIDA DO MUNICIPIO	RECEITA DA EDUCAÇÃO	% APLICADO NA EDUCAÇÃO
2008	121.731.759,54	31.291.178,62	25,51%
2009	121.556.930,05	26.808.636,12	22,05%
2010	134.142.874,31	34.963.817,49	26,06%
2011	151.880.673,37	40.409.817,15	26,61%
2012	152.985.598,22	41.092.549,84	26,86%

Fonte: SME/2013

O município registrou um crescimento significativo também na receita de impostos próprios, base para o cálculo da vinculação constitucional de recursos (mínimo de 25% em MDE). Os recursos vinculados a educação saltaram de R\$ 31.291.178,62 para R\$ 41.092.549,84, com uma ligeira redução apenas no ano de 2009. É oportuno registrar que os valores informados pela SME divergem dos valores apresentados nos Relatórios de Gestão do Município relativos aos anos de 2008 e 2012 do TCE/MT.

Quadro 4. Recursos de Convênios nos Últimos Cinco Anos.

ANO	ORIGEM DO RECURSO	RECURSO DESTINADO (R\$)
	1. PNAE	1.040.732,00

2008	2.	PNATE/FNDE	10.290,59
	3.	CAMINHO DA ESCOLA	283.833,00
	4.	COMPROMISSO TODOS PELA EDUCAÇÃO - PAR/CTE	2.036.991,11
	5.	PROJOVEM URBANO	748.440,00
	6.	FORMAÇÃO DE PROFISSIONAIS PROJOVEM	33.264,00
	7.	PDDE	1.101.981,71
	8.	TRANSPORTE ESCOLAR/SEDUC	99.330,00
	TOTAL/2008		
2009	1.	PNAE	1.117.941,00
	2.	PNATE	38.984,83
	3.	PROJOVEM URBANO	504.614,70
	4.	FORMAÇÃO DE PROFISSIONAIS PROJOVEM	10.713,78
	5.	PROGRAMA BRASIL ALFABETIZADO - PBA	13.500,00
	6.	PDDE	2.882.985,37
	7.	TRANSPORTE ESCOLAR/SEDUC	144.000,00
	8.	PROGRAMA ERRADICAÇÃO DO TRABALHO INFANTIL/PETI	438.000,00
TOTAL/2009			4.569.321,68
2010	1.	PNAE	2.217.802,40
	2.	PNATE	48.721,92
	3.	PROJOVEM URBANO	1.221.076,05
	4.	FORMAÇÃO DE PROFISSIONAIS PROJOVEM	63.333,27
	5.	PROGRAMA BRASIL ALFABETIZADO - PBA	9.660,00
	6.	PDDE	3.630.550,20
	7.	TRANSPORTE ESCOLAR/SEDUC	188.000,00
	8.	PROGRAMA ERRADICAÇÃO DO TRABALHO INFANTIL/PETI	524.000,00
TOTAL/2010			7.191.855,84
2011	1.	PNAE	2.128.020,00
	2.	PNATE	52.316,16
	3.	PROJOVEM URBANO	569.538,75
	4.	FORMAÇÃO DE PROFISSIONAIS PROJOVEM	9.254,52
	5.	PDDE	3.109.096,94
	6.	TRANSPORTE ESCOLAR/SEDUC	250.893,89
	7.	PROGRAMA ERRADICAÇÃO DO TRABALHO INFANTIL/PETI	240.000,00
	TOTAL/2011		
	1.	PNAE	2.697.288,00

2012	2.	PNATE	56.324,08
	3.	PROJOVEM URBANO	960.267,30
	4.	FORMAÇÃO DE PROFISSIONAIS PROJOVEM	68.829,00
	5.	PROGRAMA ALFABETIZADO - PBA BRASIL	4.140,00
	6.	MANUTENÇÃO EDUCAÇÃO INFANTIL	217.215,91
	7.	PROGRAMA PROINFÂNCIA - CONSTRUÇÃO DE CRECHES	2.132.786,56
	8.	PDDE	3.810.637,26
	9.	TRANSPORTE ESCOLAR/SEDUC	325.128,00
	10.	PROGRAMA ERRADICAÇÃO DO TRABALHO INFANTIL/PETI	180.000,00
	TOTAL/2011		10.272.796,11
TOTAL GERAL		33.508.196,30	

Fonte: SME/2013

O município também recebeu no período analisado um aporte significativo e crescente de recursos por meio de transferências automáticas do governo federal, de transferências voluntárias que ocorrem por meio de convênios, formalizados com o governo federal e recursos da Secretaria de Educação do Estado para o transporte escolar. Os recursos de transferências automáticas são repassados por meio do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar (PNATE) e Programa Dinheiro Direto na Escola.

Nesse período o município também formalizou convênios com o MEC por meio do Plano de Ações Articuladas (PAR) destinados a formação continuada de professores, com o FNDE para a renovação da frota de ônibus do transporte escolar dos alunos e para a implementação do Programa Projovem Urbano. A SME também recebe recursos do Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE) referente às unidades escolares que não tem Unidades Executoras criadas, conforme a legislação do programa.

A análise da série histórica das fontes de recursos financeiros evidenciou um crescimento significativo dos recursos do Fundeb, Salário-Educação e dos recursos de transferências automáticas, por outro, uma redução nos recursos da vinculação constitucional de impostos próprios do município, vinculados a MDE. A desarticulação entre o PME e os peças orçamentárias (Plano Plurianual- PPA, Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO e Lei Orçamentária Anual - LOA), também foi identificada e se configurou como um problema externo ao PME que contribuiu para o seu enfraquecimento.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O planejamento educacional de longo prazo, representado pelos planos

municipais de educação é ainda um grande desafio para a gestão da educação nos municípios. No município pesquisado constatou-se uma realidade educacional de forte tradição patrimonialista, com ações fragmentadas, pontuais e restritas a mandatos de governo. Esse contexto contribui para um déficit de participação e controle social por parte dos profissionais da educação e da sociedade o que, por sua vez, inviabiliza a execução de um planejamento educacional de longo prazo, como o proposto pelo PME.

A realidade da gestão da educação no âmbito municipal é marcada pela alta discricionariedade dos gestores, aliada a baixa capacidade técnica das equipes da Secretaria Municipal de Educação, inexistência de autonomia financeira da SME, elevada rotatividade dos quadros profissionais, tanto no órgão de administração (SME) como nas escolas e tímida participação popular e controle social incipiente sobre a aplicação dos recursos públicos.

No tocante ao financiamento houve um crescimento significativo das receitas do Fundeb, do Salário-Educação e de transferências automáticas do governo federal, por outro lado registrou-se redução nos percentuais de aplicação das receitas de impostos próprios vinculados à MDE. Esse fenômeno evidencia o descumprimento do PME por todos os governos municipais que tiveram responsabilidade legal com esse plano.

O trabalho de avaliação do PME evidenciou que o planejamento na educação ainda é marcado por uma forte concepção normativa, e um desconhecimento do planejamento no sentido forte e verdadeiro da ação de planejar, que deve envolver, além da elaboração de planos, a sua execução, avaliação e articulação com as peças orçamentárias. O planejamento representado apenas por uma lei, se não se tornar um instrumento que possa orientar efetivamente as ações governamentais, coloca-se como um documento inócuo e não valida as expectativas dos segmentos que participaram ativamente de sua elaboração.

REFERENCIAS

BRASIL. Presidência da República. **Lei nº 10.172, de 9 de janeiro de 2001.** Aprova o Plano Nacional de Educação e dá outras providências. <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/l10172.htm> Acesso em 15 dez. 2014.

_____. Presidência da República. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.** Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm> Acesso em: 15 dez. 2014.

BORDIGNON, Genuíno. **Gestão da educação no município: sistema, conselho e plano.** São Paulo: Editora e Livraria Instituto Paulo Freire, 2009.

BORDIGNON, Genuíno; GRACINDO, Regina Vinhaes. **Gestão da Educação: o município e a escola.** In: FERREIRA, Naura Syria Carrapeto; AGUIAR, Márcia Ângela

Aguiar. **Gestão da educação: impasses, perspectivas e compromissos.** 5ª ed. São Paulo: Cortez, 2006.

MONLEVADE, João. **Plano Municipal de Educação de Itupiranga: o que é e como fazer.** Brasília, 2013.

RODRIGUES, Lea Carvalho. **Propostas para uma avaliação em profundidade de políticas públicas sociais.** Disponível em: <http://wpmapp.oktiva.com.br/wp-aval/files/2009/09/artigo-lea_1.pdf> Acesso em 25 de ago. 2008.

VARZEA GRANDE. **Conselho Municipal de Educação: Coletânea de Legislação Educacional.** Várzea Grande: Conselho Municipal de Educação, 2011.

ABSTRACT: The present work is the result of a research that had as main objective the evaluation of the Municipal Education Plan of a large municipality of the State of Mato Grosso. For the evaluation of the MEP was adopted the methodology of in-depth evaluation of social public policies, proposed by Rodrigues (2008). Among the main results of the evaluation, it was possible to see a disarticulation between the planning outlined by MEP/VG and the management of education over the life of the plan. The financial resources earmarked for education, both constitutionally linked resources and automatic transfer funds, grew in absolute terms, however, the constitutional linkage of resources in the minimum percentages defined in the 1988 Constitution was not met in 2012.

KEYWORDS: Municipal Education Plan. Evaluation. Financing.

Sobre as organizadoras

MIRIAM ADALGISA BEDIM GODOY Possui graduação em Pedagogia pela Universidade Estadual de Maringá (1990) e Mestrado em Educação pela Universidade Estadual de Maringá (2003). Atualmente é estatutário e pesquisadora da Universidade Estadual do Centro-Oeste. Tem experiência na área de Educação, com ênfase em Avaliação da Aprendizagem, atuando principalmente nos seguintes temas: problemas de aprendizagem, educação especial, obstrução das vias aéreas superiores, respiração oral e problemas de atenção. Doutoranda em Educação Especial pela Universidade Federal de São Carlos

SANDRA APARECIDA MACHADO POLON Possui graduação em pedagogia pela Universidade Estadual de Ponta Grossa (1995), Mestrado em Educação pela Universidade Tuiuti do Paraná (2002) e Doutorado em Educação pela Universidade Tuiuti do Paraná (2014). Atualmente é Professora no curso de Pedagogia da Universidade Estadual do Centro-Oeste-UNICENTRO. Tem experiência na área de Educação, com ênfase em Gestão escolar, Política Educacional, atuando principalmente nos seguintes temas: educação, projeto pedagógico, formação de professores, educação do campo, educação infantil e séries iniciais.

Sobre os autores

ALEXSANDRA DOS SANTOS OLIVEIRA Doutora em Educação (2016) pela Universidade Federal do Espírito Santo - UFES; Mestre em Educação (2008) pela mesma Universidade; Especialista em Gestão e Docência na EAD (2014) pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC); Especialista em Gestão Escolar (Programa Nacional Escola de Gestores- 2013) - UFES; Especialista em Pedagogia Institucional (2010), Instituto Superior de Educação e Cultura; Graduada em Pedagogia (2005) - UFES. Gerente de Educação Cidadã na Secretaria Municipal de Educação de Cariacica/ES; Tutora do curso de Pedagogia a distância - Secretaria de Ensino a Distância - SEAD/UFES. E-mail: ale2013oliveira@gmail.com

ALINE CHALUS VERNICK CARISSIMI Pedagoga e Doutora em Educação - na linha de Políticas Educacionais - UFPR (2016). Mestre em Educação - na linha de Políticas e Gestão da Educação - UFPR (2011). Especialista em Organização do Trabalho Pedagógico - UFPR (2006) e Educação Infantil - UniCuritiba (2005). Possui graduação em Pedagogia pela Universidade Federal do Paraná (2004). Atualmente é Pedagoga - Secretaria Municipal de Educação de Curitiba e Secretaria de Estado da Educação do Paraná. Coordenadora Estadual do Departamento de Pedagogas da APP-Sindicato. Professora de ensino superior com experiência em cursos de graduação e pós graduação (especialização). Orientadora de Trabalho de Conclusão de Curso na especialização Educação, Pobreza e Desigualdade Social - UFPR (bolsista). Colaboradora do INEP/MEC na elaboração das avaliações do SAEB (Provinha Brasil, Prova Brasil, Avaliação Nacional da Alfabetização - ANA), ENADE e da Prova Nacional de Ingresso na Carreira Docente. Associada à Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPED). Associada à Associação Nacional de Política e Administração da Educação (ANPAE). Conselheira Titular do Conselho Municipal de Educação de Curitiba de 2010 a 2013

AMANDA MAXIMO SILVA Bacharel em Direito pela Universidade Nove de Julho (UNINOVE), Especialista em Direito Administrativo pela Instituição Toledo de Ensino, Mestre em Adolescente em Conflito com a Lei pela Universidade Bandeirante Anhanguera de São Paulo - SP. Advogada. Desenvolve estudos sobre Políticas Públicas. Autora de artigos publicados em periódicos. E-mail: amanda_maximo@hotmail.com

ANA DENISE RIBAS DE OLIVEIRA Formada em Pedagogia pela Universidade Federal do Paraná; Especialista em Organização do Trabalho Pedagógico pela Universidade Federal do Paraná; Pedagoga Escolar da Prefeitura Municipal de Curitiba - desde 2002; Professora Pedagoga na rede estadual do Paraná - desde 2004; Dirigente da CNTE - Confederação Nacional Trabalhadores em Educação - Gestão: 2011; Dirigente SISMMAC - Sindicato dos Servidores do Magistério Municipal de Curitiba - Gestão: 2005 e 2008

ANA PAULA SOUZA BÁFICA Professora da Rede Municipal de Ensino de Canavieiras- Bahia.

Mestra em Educação pela Universidade Estadual de Santa Cruz (2015). Graduada em Pedagogia pela Universidade Estadual de Santa Cruz (2009). E-mail: paulasbafica@hotmail.com

ANTONIA SUELI DA SILVA GOMES TEMÓTEO Professor da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte – UERN. Graduação em Letras pela Universidade do Estado do Rio Grande do Norte UERN; Mestrado em Letras pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte - UFRN; Doutoranda em Linguística Aplicada pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos - UNISINOS; Membro dos Grupos de pesquisa: Formação, Currículo e Ensino – FORMACE e Formação de professores, Multiletramentos e Identidades – FORMLI. E-mail para contato: suelisilva.17@hotmail.com

BARTOLOMEU JOSÉ RIBEIRO DE SOUSA Professor da Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT). Graduado em Licenciatura em Biologia e Pedagogia pela Universidade Estadual do Piauí (UESPI). Mestre em Educação pela Universidade de Católica de Brasília (UCB). Membro do Grupo de Estudos e Pesquisas em Gestão e Financiamento da Educação Básica (GEFINEB). E-mail: bartolomeu.sousa@gmail.com

CLAUDIA ALVES DA SILVA Graduação em Pedagogia pela Universidade do Estado do Rio Grande do Norte – UERN. Mestrado em Educação pela Universidade do Estado do Rio Grande do Norte – UERN. Membro dos Grupos de pesquisa: Grupo de Pesquisa Educação e Subjetividade (GEPES) e Grupo Formação, Currículo e Ensino (FORMACE). E-mail para contato: claudiaposeduc@outlook.com

CLAUDIO OLIVEIRA FERNANDES Professor da Rede Estadual de Educação do Estado de São Paulo; Graduação em História pela Universidade Uniban/Anhanguera (UNIAN) de São Paulo e Graduação em Pedagogia pelo Instituto de Educação e Tecnologias, INET, Brasil; Mestrado Profissional em Adolescente em Conflito com a Lei, pela Universidade Anhanguera de São Paulo; Grupo de pesquisa: Associado da (ANPAE) Associação Nacional de Políticas e Administração da Educação e (IBDECRIA-ABMP) Instituto Brasileiro de Direito da Criança e do Adolescente; E-mail para contato: claudioof@gmail.com

DARLUCE ANDRADE DE QUEIROZ Professora da Rede Municipal de Ensino de Canavieiras-Bahia. Mestra em Educação pela Universidade Estadual de Santa Cruz (2015). Graduada em Pedagogia pela Universidade Estadual de Santa Cruz (2010). E-mail: darlucea@hotmail.com

EDNACELI ABREU DAMASCENO Doutora em Educação (UFMG – 2010). Professora Adjunta do Centro de Educação, Letras e Artes (CELA) da Universidade Federal do Acre (UFAC). Mestre em Educação (UNICAMP - 2005) e Graduada em Pedagogia (UECE - 1992). Professora do Curso de Pedagogia, Licenciaturas e da Pós-graduação - Mestrado em Educação. Atua lecionando disciplinas como: Investigação e Prática Pedagógica (Prática de Ensino), Estágio Supervisionado, Didática Geral, Trabalho e

saberes Docentes, Currículo: Organização e Prática e Profissão Docente - na Graduação e Seminário de Pesquisa, Política de Formação de Professores no Brasil e Formação de Professores e Trabalho Docente - na Pós-Graduação. Coordena o Grupo de Estudos e Pesquisas em Política Educacional, Gestão Escolar, Trabalho e Formação Docente (GEPPEAC). email: ednaceli@yahoo.com.br

EMILLY GANUM AREAL Possui formação inicial em Letras pela Universidade Federal do Acre (1998), Especialização em Psicopedagogia (FIVE: 2003), MBA em Gerenciamento de Projetos (FGV: 2010), Mestre em Educação (UFAC: 2016). Membro do GEPPEAC - Grupo de Estudos e Pesquisas em Política Educacional, Gestão Escolar, Trabalho e Formação Docente da Universidade Federal do Acre, desde 2014. Professora convidada do PARFOR - Plano Nacional de Formação de Professores (UFAC) desde 2016. Professora de Língua Portuguesa desde 1997.

GERMANA COSTA PAIXÃO Professora da Universidade Estadual do Ceará. Coordenadora do Curso de Ciências Biológicas a distância da Universidade Estadual do Ceará/Universidade Aberta do Brasil. Membro do Corpo Docente do Mestrado Profissional de Ensino de Biologia-PROFBIO. Graduada em Medicina Veterinária pela Universidade Estadual do Ceará. Mestrado em Patologia pela Universidade Federal do Ceará. Vice Líder do Grupo de Pesquisa Tecnologias Educacionais e Educação a distância. E-mail: germana.paixao@uece.br

GILDECI SANTOS PEREIRA Pedagoga, Especialista em Educação do Campo, Desenvolvimento e Sustentabilidade (UFPA/Belém); Especialista em Gestão Pública (UFPA); Mestra em Educação e Cultura (UFPA/ PPGEDUC- Campus de Cametá, Professora efetiva da Educação Básica, da Rede municipal de ensino do município de Marabá - PA, atuando na formação continuada da Secretaria Municipal de Educação no Município de Marabá - PA, acompanhando e orientando os professores das escolas do campo em suas práticas pedagógicas, na organização do trabalho pedagógico. E-mail: gil.bela@hotmail.com

HERCULES GUIMARÃES HONORATO Professor da Escola Naval - Rio de Janeiro; Graduação em Ciências Navais - habilitação em Administração de Sistemas; Mestrado em Educação pela Universidade Estácio de Sá; Chefe do Centro de Estudos de Ensino da Escola Naval; E-mail para contato: hghhhma@gmail.com

IRANDI PEREIRA Docente (IBDCRIA-ABMP) e membro do Instituto de Cidadania e Direitos Humanos; Membro do corpo docente do Programa de Pós-Graduação (ANPAE, ANDHEP) e entidades da sociedade civil (FBSP, NECA) e associada; Graduação em Pedagogia pela Universidade de São Paulo (USP); Mestrado em Educação pela Universidade de São Paulo (USP); Doutorado em Educação pela Universidade de São Paulo (USP); Grupo de pesquisa: Pesquisadora do Observatório de Educação da Universidade Brasil/SP. Diretora do Instituto Brasileiro de Direito da Criança e do Adolescente. Autora de artigos e materiais pedagógicos no campo da criança, adolescente e juventude, educação e serviço social. Bolsista Produtividade

em Pesquisa pela Fundação; E-mail para contato: irandip@gmail.com. CV: <http://lattes.cnpq.br/3312701286183687>

JANE RANGEL ALVES BARBOSA. Universidade Castelo Branco. Centro Universitário de Volta Redonda. Instituto Superior de Educação do Rio de Janeiro

JEAN MÁRIO ARAÚJO COSTA Doutorado em Educação pela Universidade Federal da Bahia (UFBA), Mestrado em Educação pela UFBA, Graduado em Pedagogia pela Universidade do Estado da Bahia (UNEB), Especialista em Política do Planejamento Pedagógico: currículo, didática e avaliação pela UNEB. É Pesquisador do Grupo de Pesquisa Política e Gestão da Educação da UFBA e do Grupo de Pesquisa Gestão e Avaliação de Políticas e Projetos Sociais (GAPPS) da Universidade Católica do Salvador (UCSal). Tem experiência na área de Educação, com ênfase em Gestão, atuando principalmente nos seguintes temas: Políticas Públicas, Formação de Professores, Atuação do Coordenador Pedagógico, Práticas Pedagógicas, Financiamento da Educação e Organização de Sistemas de Ensino.

JORGE FERNANDES Professor da Universidade Federal do Acre; Graduado em Pedagogia pela Universidade Federal do Acre; Mestrado em Educação pela Universidade Federal do Acre. Especialista em Políticas Públicas, com ênfase em gênero e raça pela UFOP – Universidade Federal de Ouro Preto 2012. Autor dos livros: *“Negros na Amazônia acreana”* (2012) e *“Da trajetória escolar ao sucesso profissional: narrativas de professoras e professores negros”* (2017). Autor do artigo: A mestiçagem na região amazônica versus estatuto da igualdade racial. Coautor do artigo: A construção possível do projeto político-pedagógico da escola: um relato de experiência a partir do esforço coletivo.

JOSÉ NELSON ARRUDA FILHO Professor da Universidade Estadual do Ceará. Coordenador do Curso de Especialização em Gestão Pedagógica da Escola Básica da Universidade Estadual do Ceará/Universidade Aberta do Brasil. Graduado em Pedagogia pela Universidade Federal do Ceará. Mestrado em Políticas Públicas pela Universidade Estadual do Ceará. Membro do Grupo de Pesquisa Tecnologias Educacionais e Educação a distância. E-mail: nelson.arruda@uece.br

JUCELI BENGERT LIMA Pesquisadora da Fundação Joaquim Nabuco – FUNDAJ; Licenciatura em Matemática pela Fundação Universidade do Rio Grande – FURG; Mestrado em Educação pela Universidade Federal do Ceará – UFC; Doutoranda em Educação pela Universidade Federal de Pernambuco – UFPE; Grupo de Pesquisa: Grupo de Pesquisa Infância e Educação na Contemporaneidade - GPIEDUC; E-mail para contato: juceli.bengert@fundaj.gov.br

LÍVIA CRISTINA RIBEIRO DOS REIS Professora do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás (IFG). Graduação em Pedagogia pela Universidade Federal de Goiás (UFG). Mestrado em Educação pela Universidade de Brasília (UnB). E-mail para contato: liviacristinarr@hotmail.com

LÚCIA DE FÁTIMA MELO Possui graduação em Pedagogia pela Universidade Federal do Acre (1992); Especialização em Currículo e Avaliação Educacional pela Universidade Federal do Acre (1996); Mestrado em Educação pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (2002). Doutorado em Educação: conhecimento e inclusão social pela UFMG na linha de pesquisa: Políticas Públicas Educacionais: concepção, implementação e avaliação (2010). É professora adjunta da Universidade Federal do Acre, lotada no Centro de Educação, Letras e Artes, onde atua na Graduação nas seguintes áreas: Organização da Educação Básica e Legislação do Ensino; Gestão Escolar e Organização Curricular e Gestão da Escola e na Pós Graduação "Stricto Sensu", Mestrado em Educação, onde trabalha a disciplina Estado, Políticas Públicas e Educação e orienta estudos com foco nas políticas educacionais e na gestão escolar. Vice Líder do Grupo de Estudos e Pesquisas em Política Educacional, Gestão Escolar, Trabalho e Formação Docente - GEPPEAC, com pesquisas nas linhas: políticas educacionais e gestão escolar.

LUIS CARLOS SALES Mestrado em Educação pela Universidade Federal do Piauí (1995) e doutorado em Educação pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (1999). Atualmente é professor associado da Universidade Federal do Piauí. Tem experiência na área de Educação, com ênfase em Educação, atuando principalmente nos seguintes temas: educação, representações sociais, Política Educacional, financiamento da educação, formação de professores e qualidade na educação. Ex-coordenador do Programa de Pós-Graduação em Educação da UFPI e ex-chefe do Departamento de Fundamentos da Educação/CCE/UFPI. Foi assessor Pedagógico e Secretário Executivo da Secretaria Municipal de Educação de Teresina. Foi avaliador da CAPES (triênio 2007, 2008 e 2009). Atualmente é professor do Programa de Pós-Graduação em Educação da UFPI (Mestrado e Doutorado) e do Departamento de Fundamentos da Educação/CCE/UFPI.

LUZINETE BARBOSA LYRIO Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional e Urbano (PPDRU) da Universidade Salvador (UNIFACS); Mestra em Desenvolvimento Regional e Urbano pela UNIFACS; Mestra em Ciência da Educação pela Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias; Especialista em Direito Educacional; Planejamento Educacional e Gestão Educacional; Graduada em História pela Universidade do Estado da Bahia (UNEB). Supervisora Geral da Rede de Assistência Técnica para Acompanhamento, Monitoramento e Avaliação dos Planos Municipais de Educação do Estado Bahia por meio da Secretaria de Articulação com os Sistemas de Ensino do Ministério da Educação (2016 e 2017). Área de atuação: Formação de Professores, Gestão Educacional, Políticas Públicas Educacionais, Planejamento Educacional.

MANOEL ZÓZIMO NETO Assistente em Ciência e Tecnologia - Fundação Joaquim Nabuco Licenciado em Filosofia pela Universidade Federal de Pernambuco – UFPE, Bacharel em Direito pela Universidade Salgado de Oliveira – UNIVERSO. Especialista em Formação de Professores Pela Universidade Federal Rural de Pernambuco –

UFRPE. Mestrado em Ciência da Educação pela Universidade da Madeira – Uma. Grupo de Pesquisa: Grupo de Pesquisa Infância e Educação na Contemporaneidade - GPIEDUC; Coordenador Técnico e Logístico dos Cursos de atualização em gestão escolar. Elaboração e construção de projeto de pesquisa, Atualização e prática em educação infantil – Fundação Joaquim Nabuco. E-mail: zozimo@hotmail.com.

MARIA SUELI CORRÊA DOS PRAZERES Professora da Universidade Federal do Pará (UFPA); Membro do corpo docente do Programa de Pós-Graduação em Educação e Cultura - PPGEDUC da Universidade Federal do Pará (UFPA); Graduação em Pedagogia pela Universidade Federal do Pará (UFPA); Mestrado em Educação pela Universidade Federal do Pará (UFPA); Doutorado em Educação pela Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG); Grupo de pesquisa em Educação do Campo da Região Tocantina - GEPECART

NOÁDIA MUNHOZ PEREIRA Licenciada em Pedagogia pela UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA (UFU)- (2004) Mestre em Educação pela UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA (UFU)- (2008) Doutoranda em Educação pela UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA (UFU) – (2014-2018) Contato: e-mail: noadia.pereira@ufu.br

ODETE DA CRUZ MENDES Professora da Universidade Federal do Pará (UFPA); Membro do corpo docente do Programa de Pós-Graduação em Educação e Cultura – PPGEDUC da Universidade Federal do Pará (UFPA); Graduação em Pedagogia pela Universidade Federal do Pará (UFPA); Mestrado em Educação pela Universidade Federal do Pará (UFPA); Doutorado em Educação pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN); Grupo de pesquisa em Educação Superior –GEPES

PATRÍCIA MARIA UCHÔA SIMÕES Pesquisadora da Fundação Joaquim Nabuco - FUNDAJ; Membro do corpo docente do Programa de Pós Graduação em Educação, Culturas e Identidades – PPGECI da FUNDAJ/UFRPE; Graduação em Psicologia pela Universidade Federal de Pernambuco - UFPE; Mestrado em Psicologia Cognitiva pela Universidade Federal de Pernambuco – UFPE; Doutorado em Psicologia Cognitiva pela Universidade Federal de Pernambuco – UFPE; Grupo de Pesquisa: Grupo de Pesquisa Infância e Educação na Contemporaneidade - GPIEDUC; E-mail para contato: patricia.simoese@fundaj.gov.br.

RAIMUNDA MARIA DA CUNHA RIBEIRO Professora da Universidade Estadual do Piauí. Graduação em Pedagogia pela Universidade Federal do Piauí. Mestrado em Educação pela Universidade Católica de Brasília. Doutorado em Educação pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Pós Doutorado em Educação pela Universidade do Oeste de Santa Catarina/Campus de Joaçaba-Sc. Grupo de pesquisa: Grupo de Estudos e Pesquisas Educacionais. E-mail para contato: raicribeiro@ig.com.br

ROSA ELISA MIRRA BARONE Graduada em Ciências Sociais pela Universidade

Estadual Paulista (Araraquara), Mestre e Doutora em Educação: História e Filosofia da Educação pela Pontifícia Universidade Católica (PUC) de São Paulo. Desenvolve trabalhos voltados para as áreas de Educação e Políticas Públicas, Educação e Trabalho considerando diferentes contextos. Além dos artigos publicados em periódicos, é autora de *Canteiro-escola: trabalho e educação na construção civil* (EDUC/FAPESP, 1999), co-organizadora dos livros *Educação e Políticas Públicas: tópicos para o debate* (Junqueira & Marin, 2007), *Formação de Pedagogos e Cotidiano Escolar* (Alexa Cultural, 2009), *Qualificação profissional em Construção. Formação e aprendizagem na Construção Civil*. (CRV Editora, 2014), *Juventude e trabalho: desafios no mundo contemporâneo* (EDUFBA, no prelo). E-mail: rebarone@uol.com.br

ROSE CLEIA RAMOS DA SILVA Professora da Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT). Membro do corpo docente do Programa de Pós-Graduação em Educação da UFMT. Licenciada em Pedagogia pela Universidade Federal de Mato Grosso. Mestre em Educação pela Universidade Federal de Mato Grosso. Doutora em Educação pela Universidade Federal Fluminense. Líder do Grupo de Estudos e Pesquisas em Gestão e Financiamento da Educação Básica (GEFINEB). E-mail: rosecleia.ufmt@gmail.com

SARA ROZINDA MARTINS MOURA SÁ DOS PASSOS Fundação Cesgranrio. Belford Roxo/RJ.

SÍLVIA MARIA OLIVEIRA DE SOUZA Possui graduação em PEDAGOGIA pela Universidade Estadual do Maranhão - UEMA, ESPECIALIZAÇÃO em Docência do Ensino Superior, também pela Universidade Estadual do Maranhão - UEMA, ESPECIALIZAÇÃO em Gestão da Educação Municipal pela Universidade Federal de Tocantins - UFTO, MESTRA em Educação pela Universidade Federal do Piauí - UFPI. Tem experiência na área da educação como Secretária Adjunta de Educação, docente, administradora escolar, coordenadora pedagógica, supervisora e assessora de programas e projetos educacionais. É pesquisadora de políticas públicas educacionais e atualmente pesquisa a política do Programa Mais Educação. Atualmente é Assessora de Planejamento e Gestão na Secretaria Municipal de Educação de Codó - MA.

Agência Brasileira do ISBN
ISBN 978-85-93243-49-3



9 788593 243493